

Reflexões Sobre o Turismo Social a Partir da História Institucional do Serviço Social do Comércio (Sesc)

Bernardo Lazary Cheibub¹

Universidade Federal Fluminense - UFF; Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc) - FGV

Resumo: Apresentamos uma investigação em andamento acerca da origem, constituição e implementação da ideia de turismo social no Sesc, examinando as circunstâncias em que o turismo torna-se relevante nas suas políticas. Procuramos entender as metamorfoses e readequações que nortearam as ações da instituição, e como as modificações no conceito de turismo social vêm dialogando com suas diretrizes, posturas e intenções. Mapeamos e analisamos a produção acadêmica brasileira, que de forma central ou tangencial, abordou a temática. Foram realizadas duas entrevistas com profissionais responsáveis pelos setores de pesquisa e documentação das administrações regionais do Sesc do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Palavras-chave: turismo social; Sesc; história; políticas; produção acadêmica.

Introdução

Nos últimos anos o turismo vem, inegavelmente, se submetendo a um progressivo processo de expansão. Nesse quadro de crescimento, um dos principais desafios é promover a distribuição equitativa das oportunidades que insurgem engendradas pela atividade turística. Questões econômicas, sociais, espaciais, políticas, culturais e físicas constituem algumas das barreiras que restringem a fruição do turismo enquanto possibilidade de lazer para a população de um modo geral. O turismo social surgiu como uma proposta de democratizar a experiência turística a estes indivíduos ou grupos com alguma limitação ou dificuldade de acesso. O Comitê Econômico e Social Europeu o define explicitamente como um direito:

Todo mundo tem o direito de descansar diariamente, semanalmente e anualmente, bem como o direito ao tempo de lazer que lhes permite desenvolver todos os aspectos da sua

¹ Pesquisador dos grupos de pesquisa *Turismo, Meio Ambiente Urbano e Inclusão Social (Turis)* / UFF & *Turismo e Cultura (T-cult)*, que juntamente com o *Laboratório de Turismo e Antropologia*, integra o Núcleo de Estudos Socioculturais do Turismo / UFF. Áreas de investigação e/ou interesse: Estudos do Lazer; Relações teórico/empíricas entre Lazer, Turismo e Consumo; Fundamentos da Animação Cultural; Sócio-antropologia da Hospitalidade; Turismo Social; Teorias Contemporâneas da Mobilidade; e Experiência Turística, Mediação e Cidadania. e-mail: bernardocheibub@id.uff.br

personalidade e sua integração social. Claramente, todos podem exercer este direito ao desenvolvimento pessoal. O direito ao turismo é uma expressão concreta desse direito geral, e o turismo social é impulsionado pelo desejo de garantir que ele seja universalmente acessível na prática (EESC, 2006: 68).

Nesse cenário, iniciativas que pretendam democratizar as oportunidades de acesso a essas formas particulares de fruição do lazer, tal como o turismo, devem ser analisadas de maneira crítica. Sobretudo se pensarmos que, em geral, as ações governamentais brasileiras nesse setor são escassas e, quando existem, ineficientes do ponto de vista social. O Ministério do Turismo, por exemplo, tem liberado recentemente uma considerável quantidade de recursos para a organização do turismo no Brasil, mas a forma de endereçamento dessas iniciativas visa sempre associações empresariais ou outros segmentos patronais. A população menos favorecida, que é quem deveria usufruir das benesses do crescimento dessa economia, bem como das ações públicas para com ele, se veem à margem de todo o processo, participando, quando muito, como coadjuvantes ou mão de obra precarizada.

Em linha gerais, a intenção desta pesquisa é a de tentar compreender o turismo social em consonância com os elementos históricos, políticos e sociais que assinalaram seu percurso por meio de programas, projetos e ações realizadas pelo Sesc, instituição brasileira em que tal fenômeno foi fomentado e desenvolvido.

Apontamentos Históricos Sobre o Turismo Social

Para conhecermos as políticas e ações nos diferentes âmbitos da sociedade que tenham como premissas as demandas sociais e a inclusão na experiência turística, é necessário entender o momento histórico em que a atividade passa a ser pensada, organizada e inserida nas políticas públicas, recebendo apoio e incentivo.

O turismo emerge na Europa do século XIX caracterizando uma viagem oportunizada inicialmente aos mais abastados, os quais buscavam prazer, descanso, diversão, consumo e distinção, ou o que Eugen Weber coloca como “o prazer de dizer que tinham viajado” (1988: 216). Diferentemente do *Grand Tour*, viagens realizadas por jovens aristocratas com o objetivo de educação e formação particularizada, o turismo apresenta prontamente uma estrutura de consumo, hospedagem e restauração ao redor da experiência (Castro, 2001). A construção vertiginosa de ferrovias e o surgimento do

trem e do barco a vapor facilitaram o deslocamento entre os centros urbanos emissores e os balneários turísticos e casas de campo (Weber, 1988). Segundo Silvana Araújo, o turista se diferencia de outros viajantes por esperar que sua viagem seja organizada por terceiros, com vistas ao seu conforto, segurança e bem-estar (2001). Assim como acontece no lazer como um todo, a **indústria** do turismo nasce junto com o **fenômeno** e o fato de ser indústria representa uma de suas características constitutivas. De acordo com Celso Castro:

No Brasil, foi apenas nas primeiras décadas do século XX que o turismo organizado começou a funcionar, tendo como principal centro a cidade do Rio de Janeiro. Surgiram os primeiros guias, hotéis turísticos, órgãos oficiais e agências de viagem destinados prioritariamente a atrair e a receber turistas (2006: 80).

Precisamos compreender a conjuntura sócio-política (1), cultural (2) e econômica (3) em que não somente o turismo, como outras manifestações de lazer presentes no tempo de não-trabalho começam a receber atenção do patronato - primeiro industrial, depois o comercial - e do governo, algo que abrange diretamente nosso objeto de estudo:

(1) O mundo urbano-industrial, sobretudo pela aglomeração de pessoas nas cidades, facilitou a velocidade com que novas aspirações surgiam e se desdobravam em algum tipo de ação coletiva, em grande parte objetivando a conquista de direitos. Em cognição ao nosso objeto de estudo, um movimento social dos mais relevantes em diversos países foi realizado pelos trabalhadores, que reivindicaram a diminuição da jornada de trabalho, progressivamente conquistada por meio de pressões e lutas a partir da segunda metade do século XIX na Europa. A história da redução da jornada de trabalho no Brasil iniciou-se com o amadurecimento associativo e sindical dos trabalhadores e a formação das primeiras greves. O período de 1907 até 1930 foi considerado “os anos de chumbo” do movimento operário no país e da luta pela redução do tempo de trabalho, “quando aconteceram os incidentes mais sangrentos e os confrontos mais claros entre trabalhadores e as chamadas classes dominantes” (Camargo, no prelo). Na década de 30, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, foi feita uma série de medidas legais em favor dos trabalhadores e que vigoram até hoje, conhecidas como CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Principalmente a conquista de um tempo de descanso semanal (fim de semana) e anual (férias) foi fundamental para o aumento dos passeios e viagens turísticas.

(2) perante as demandas da modernidade permanentemente em movimento e frente a um extenuante ritmo urbano cotidiano, o lazer passou a ser visto como uma *necessidade* do indivíduo; e o turismo colaborou de maneira efetiva para a consolidação deste imperativo, presente nesta citação de John Urry:

É um elemento crucial, na vida moderna, sentir que a viagem e as férias são necessárias. ‘Preciso tirar umas férias’: eis a mais segura reflexão de um discurso moderno, baseado na idéia segundo qual a saúde física e mental será recuperada se simplesmente pudermos viajar de vez em quando (2001: 20).

Além desta noção restauradora, “o turismo é algo que confere status nas sociedades modernas” (Menezes *et al*, 2010: 3). Esta diferenciação diz respeito à intenção do turista de se apropriar de símbolos de distinção por meio do consumo dos objetos e espaços turísticos. Nas palavras de Pierre Bourdieu (2007), quando este conjunto de símbolos começa a cair no gosto da classe média, torna-se banal e antiquado para os mais ricos.

(3) o desenvolvimento tecnológico², especialmente a partir de meados do século XX, contribui significativamente na chamada segunda revolução dos transportes. A proliferação das rodovias e a massificação do automóvel e do avião de passageiros (cada vez mais veloz e com maior capacidade) foram cruciais ao diminuírem as distâncias, facilitando o acesso das pessoas aos mais variados espaços de lazer e intensificando o fluxo turístico mundial. De acordo com a Embratur - antiga empresa brasileira de turismo, órgão público que regulamentou a atividade turística no Brasil desde 1966, originando o atual Ministério do Turismo:

[...] na década de 1960, o turismo torna-se uma realidade no Brasil. No âmbito doméstico, o desenvolvimento da indústria automobilística e da malha rodoviária leva a classe média a viajar em automóveis pelo país. A rede de serviços para o turismo começa a se estruturar, sobretudo na costa brasileira (Mtur, s/d: 28).

Na opinião de Edmundo Alves Júnior e Victor Andrade de Melo (2003), a burguesia se aproveita deste **novo** tempo, desta **necessidade** e de mecanismos e tecnologias para exercer mais poder. As tensões existentes neste panorama são sintetizadas pelos autores tendo em vista sua contradição histórica: os empregadores, que no início eram contra a

² Estamos compreendendo como tecnologias “os produtos das relações estabelecidas entre sujeitos com as ferramentas tecnológicas que têm como resultado a produção e disseminação de informações e conhecimentos” (Porto, 2006: 44).

redução da jornada de trabalho, enxergam no tempo liberado interessantes possibilidades de propagação de valores úteis à manutenção do sistema, seja com lucros diretos e indiretos – com o consumo até então impensado de seus produtos pelos próprios empregados e com o retorno deles ao trabalho, restaurados e, por conseguinte, produtivos – seja por difundir pressupostos ideológicos (Alves Júnior & Melo, 2003).

O Reino Unido foi “o primeiro país onde foram levantadas em grande escala as questões ligadas à organização do trabalho e dos lazeres e à urbanização sem precedentes que a Revolução Industrial produziu” (Porter, 2001: 21). O turismo organizado para os trabalhadores surge com o objetivo, por parte dos burgueses e autoridades religiosas, de ser um lazer mais organizado e contido do que as manifestações relacionadas com a festa, bebedeiras e apostas que ocorriam no espaço público urbano (Ouriques, 2005). Diferentemente de outras formas de lazer que passaram por este processo de controle, o turismo já nasce cordato e com o desígnio de competir com outras atividades menos disciplinadas, como bem aponta John Rule:

Era necessário um poderoso magnetismo para atrair a população trabalhadora e retirá-la de suas tabernas; entre os recursos que mais se utilizavam, em especial depois do início da época das ferrovias, estavam as excursões organizadas e os dias de campo (apud Ouriques, 2005: 30).

Todavia, a origem do turismo social na literatura europeia está datada no período entre guerras no século XX. A partir da década de 20, países como Itália, União Soviética e Alemanha criaram infra-estruturas e incentivos para que os trabalhadores de baixa renda tivessem acesso ao turismo em grupos. Podemos, nestas ações, notar a primeira característica presente no turismo social: “o acesso para quem não tem condições financeiras”, algo que até hoje provoca discussões no campo acadêmico por, muitas vezes, ser considerado seu único elemento constitutivo. Nestas primeiras experiências com turismo social podemos perceber a clara intenção de controle dos tempos livres e de férias das massas feito por países totalitaristas, com objetivos político-partidários de assegurar a gratidão do povo³ (Falcão, 2006).

³ Concordamos plenamente com Ângela Bretãs (2008) a respeito do emprego da palavra “povo” nesta pesquisa: quando nos referimos ao povo, estamos atentos para sua diversidade, logo ao utilizarmos termos tais como povo, trabalhadores ou operários, supomos que os mesmos descrevem um conjunto marcado pela diversidade de origem, formação e inscrição social.

De acordo com Pinto (2008), a recreação operária no Brasil do século XX talvez seja a primeira tentativa de organização institucionalizada do tempo de não-trabalho dos operários – as atividades físicas e o esporte são proporcionados com o objetivo de delinear corpos fortes e saudáveis para a labuta.

Segundo Aline Amoedo Corrêa (2008), pode-se enxergar as décadas de 30 e 40 no país como um período marcado pela paulatina substituição do modelo agro-exportador para o modelo industrial, o que trouxe desdobramentos diversos, inclusive no que se refere à urbanização. O adensamento do processo de industrialização nos anos 40 teve como consequência o acirramento da chamada **questão social**: pressionados pelos movimentos sindicais,

Estado e empresários optam em investir em programas de assistência e bem-estar social para a classe trabalhadora com a intenção de criar mecanismos de controle mais sutis, capazes de ‘adaptar’ e ‘ajustar’ o contingente de mão-de-obra às novas relações de trabalho (Corrêa, 2008: 8).

Ao mesmo tempo, os trabalhadores passam a ter acesso a uma diversidade maior de experiências; como corroborado por Corrêa, as atividades organizadas pelos Serviços

[...] poderiam oferecer, à fração do operariado que as usufruía, a entrada em um universo de outros conhecimentos e linguagens que poderia lhes dar chances de ampliar sua compreensão sobre o mundo e lhes fornecer mais instrumentos para nele se movimentar (2008: 2).

Juliana Rodrigues (2010) afirma que de entre as diversas atividades oferecidas pelo Serviço de Recreação Operária (SRO), encontram-se as excursões (geralmente com duração de um dia), o que, mesmo que incipiente e sem dialogar intensamente com uma concepção mais ampla, pode estar na raiz ou na “pré-história” do turismo social no Brasil.

Na Europa, a base do turismo social na modalidade em que se pratica em quase todo o mundo - assim como seu conceito mais disseminado - surge na França pouco antes da 2ª Guerra Mundial: em 1936, ano da Convenção da Organização Social do Trabalho, criou-se a primeira Secretaria do Lazer em âmbito governamental. No ano seguinte, o turismo social foi estimulado pela criação da *Tourisme – Vacances pour tous* (entidade gerida por trabalhadores), movimento este posteriormente seguido por Portugal e

Bélgica. Podemos afirmar que o turismo social na maior parte da Europa e em alguns países latino-americanos é desenvolvido de maneira central pela iniciativa de órgãos públicos, o que difere da experiência Brasileira (Falcão, 2006). No país, quem passa realmente a desenvolver ações turísticas com mais regularidade é o Serviço Social do Comércio (Sesc).⁴

O Turismo Social e o Serviço Social do Comércio

O Sesc, entidade mantida e administrada pelos empresários do setor de comércio de bens e serviços, tem por finalidade contribuir para o bem-estar de seus associados por meio de ações nas áreas de Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência. Criado em 1946 por decreto-lei assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra - a partir das deliberações da Primeira Conferência das Classes Produtoras⁵, que gerou a Carta da Paz Social⁶ - o Sesc é inicialmente implantado nos estados do RJ, RS e SP. Segundo Lamarão e Araújo, foi adotado um sistema descentralizado de organização, contando o Sesc com uma administração nacional (com alguns órgãos de supervisão e de determinação de algumas diretrizes gerais) e administrações regionais dotadas de esfera de competência própria. A primeira administração regional do país foi o Sesc-DF (na época, situada na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país), seguida pelo Sesc-RJ. A partir de 1961, esta autonomia foi enfatizada pela III Convenção nacional de técnicos do Sesc (1994).

De acordo com Betânia Figueiredo, projeto dessa amplitude só poderia ser içado com o apoio do governo, que, além de criá-lo por meio de decretos-lei, se responsabilizava pelo recolhimento da contribuição compulsória no valor de 2% do montante das folhas

⁴ O Sesc compõem o chamado sistema 'S', que além de terem em comum seu nome iniciado pela letra s, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Além do Sesc, existe o Senac (serviço nacional de aprendizagem comercial), representantes do setor de comércio e serviços; Sesi (serviço social da indústria) e Senai (serviço nacional de aprendizagem industrial), representantes do setor de indústria; Sest (serviço social dos transportes) e Senat (serviço nacional de aprendizagem do transporte), representando o setor de transportes; e Sebrae (serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas).

⁵ De acordo com Corrêa, os principais pontos da conferência falavam da necessidade da promoção de serviços de bem-estar social, incluindo ações de saúde e educação, cooperativas, salários mais justos, melhor seguro social, seguro de acidentes, maiores férias e benesses ao trabalhador (2010).

⁶ A carta aprovada na conferência continha forte apelo à "harmonia e confraternização entre as classes sociais" que seria resultante de uma "obra educativa" intencional, cuja responsabilidade caberia necessariamente a empregadores e empregados aproximados por "estrito entendimento". A carta estabelecia um grande pacto social envolvendo estado, trabalhadores e empresários. Os três juntos trabalhariam para amenizar os conflitos entre capital e trabalho. O termo então utilizado para esta consagração foi "paz social" (Corrêa, 2010: 42).

de pagamento dos trabalhadores do comércio, possibilitando, assim, a atuação do empresariado na assistência social (1991).

Uma das primeiras iniciativas do Sesc articuladas ao turismo foi a busca de uma área onde pudesse construir um local para as férias do trabalhador. A área escolhida foi Bertiooga, no litoral paulista, onde em 1948 foi inaugurado o Centro de Férias Sesc Bertiooga, também conhecido como Colônia de Férias Ruy Fonseca, considerada a primeira do país. Contudo, foi somente a partir de 1951, após a I Conferência de técnicos do Sesc, que a Instituição retrai suas atividades médico-assistenciais (predominante nos primeiros anos) e começa a priorizar as práticas de lazer oferecidas no tempo de não-trabalho dos comerciários, recomendando a criação de Colônias de Férias e Clubes, além da organização de férias coletivas (Corrêa, 2010). Mesmo mantendo os serviços médicos e dentários, percebe-se a partir deste momento um propósito educativo com a criação e o desenvolvimento de obras recreativas, culturais e associativas (Lamarão & Araújo, 1994).

Seguindo tal tendência, os Departamentos Regionais do Sesc em Pernambuco e no Rio Grande do Sul assinariam, logo após sua criação, contratos de arrendamento de equipamentos da rede hoteleira para a realização de colônias de férias para trabalhadores do Comércio. Em 1952 é inaugurada a Pousada Nogueira, em Petrópolis, que mais tarde receberia o nome de Colônia de Férias Getúlio Vargas, re-inaugurada pelo próprio. Ainda na década de 50, tem-se início a programação de excursões rodoviárias com pernoites chamadas de caravanas de turismo social - tendo o Sesc Rio Grande do Sul como pioneiro e durante a década de 50 um dos grandes organizadores destas experiências - e as atividades recreativas nas colônias de férias (Costa, 2006). Até a década de 70 mais Colônias de Férias foram construídas, como a de Imbetiba, em Macaé-RJ, inaugurada em 1955. Segundo Lamarão e Araújo, a organização das colônias de férias em algumas administrações regionais do Sesc

[...] resultou de uma avaliação das condições de trabalho dos empregados do comércio, que constatou ser imperiosa a necessidade de oferecer à categoria, durante o período de férias, oportunidade de recuperação das energias despendidas ao longo de um ano de trabalho (1994: 58).

De acordo com Flávia Costa (2006), o maior mérito do Sesc foi o de inserir no cotidiano dos trabalhadores a questão do tempo livre e do lazer de férias, numa época em que

poucos se davam conta de sua importância para o bem-estar e o desenvolvimento social e cultural dos indivíduos (2006: 9). Contudo, na opinião de Denise Sant'Anna (1994), “o Sesc, ao longo de sua história, sempre se destacou por uma ação social de cunho assistencialista, seja no nível da saúde, como nos primeiros anos de sua existência, no da educação ou do lazer dos trabalhadores comerciários” (48). Débora Silva recheia a discussão, ao dizer que:

Além da notável difusão do lazer via Sesc, a partir de 1969 foi cada vez mais frequente o uso do termo ‘lazer’ nos discursos políticos, destacando-se principalmente as práticas consideradas saudáveis como forma de combate ao ócio, considerado um perigo social. O lazer se constitui, aos poucos, como um instrumento de disciplina e organização da sociedade, voltado ao ajustamento e à educação social, fato que pode ser observado por meio da análise das formas de controle dos usos diversificados do “tempo livre”, que na época passaram a ser substituídas por formas de lazer institucionalizadas (2008: 101).

Conforme Luiz Wilson Pina⁷, a partir da década de 70, o trabalho no Sesc teve que ser modernizado; este fato é ilustrado quando se percebe que, em São Paulo, a Colônia de Férias de Bertioga se tornara pequena para o tamanho da demanda, fruto do crescimento considerável da população paulista e por conseguinte, dos comerciários. Como alternativa, o Sesc-SP aumentou consideravelmente o número de excursões para determinados locais turísticos, realizando passeios de fins de semana e viagens orientadas para camadas sociais com renda de moderada a baixa, estimulando o uso intensivo dos seus equipamentos de hospedagem e lazer (Falcão, 2006) e de alternativos, como pousadas, colégios e mosteiros, firmando convênios também com diversos hotéis (Almeida, 2001). Este pode ser considerado um aspecto positivo dos projetos de turismo social da Instituição: a tentativa de adequação da “oferta hoteleira já existente a uma demanda crescente das classes menos favorecidas por alternativas de turismo viáveis” (Menezes *et al*, 2010: 22). De acordo com Menezes *et al*: “Isso reduz a ociosidade do *trade* turístico, inclusive durante a baixa temporada, e possibilita o seu acesso a novas camadas consumidoras, democratizando o consumo de turismo e lazer” (2010: 22). Esta gama de serviços e equipamentos passa a ser oferecida não somente para os comerciários e seus familiares, mas para o cidadão em geral (chamado de usuário), que tem acesso a um preço diferenciado em relação a outros arranjos do mercado turístico.

⁷

Profissional do Sesc, um dos construtores do que será o centro de documentação e pesquisa do Sesc Rio.

Segundo Luiz Pina e Sílvia Hirao⁸, o turismo emissor tomou tamanha proporção que chegou a um ponto em que o Sesc competia com as agências de viagens privadas, o que iria de encontro a sua própria natureza. Quanto a isso, o depoimento de um gerente de uma das unidades do Sesc Rio de Janeiro provoca reflexões quanto as ações envolvendo o turismo da instituição, que para ele, não representava a comunidade local: “Era um turismo comercial, com parceiros, com um valor não acessível a essas pessoas e nem ao próprio comerciário [...] na verdade, o trabalho do Sesc não é competir com as empresas de turismo” (Cheibub, 2009: 63).

É neste processo de ressignificação da atividade⁹, que, em 1979 a instituição adere aos princípios estabelecidos na famosa Carta de Viena (1972), também conhecida como Carta do Turismo Social, adotada pelo Bureau Internacional de Turismo Social - BITS (Bureau, 2010).¹⁰ Dois princípios fundamentais estão enunciados nesta declaração, considerada o principal documento relacionado ao turismo social, servindo de guia de ação para todas as entidades que desenvolvem esta modalidade de turismo: 1) o turismo é parte integrante da vida social contemporânea e 2) o acesso ao turismo deve ser visto como um direito inalienável do indivíduo.

Em 1980, o Sesc de São Paulo filia-se ao BITS, tornando-se a primeira organização das Américas a integrá-lo, participando ativamente dos encontros internacionais promovidos pelo Bureau, e posteriormente, em 1996, sendo signatário da adoção da Declaração de Montreal, que atualizara a Carta de Viena. A declaração agregou as questões de equidade e de solidariedade com as comunidades anfitriões. Certamente uma ampliação na concepção mais geral de turismo social e que pode ser visto também na prática com o exemplo do turismo emissor do Sesc São Paulo, em que nos passeios a determinados lugares, é contratado um Guia local e são utilizados equipamentos, instalações e serviços da localidade visitada; além disso:

⁸ Sílvia Hirao integra a coordenação de turismo social do setor de programas sócioeducativos do Sesc SP. Tanto Silvia quanto Luiz Pina foram entrevistados preliminarmente para a construção deste trabalho. Ambos aceitaram serem citados e referenciados.

⁹ Ainda que até hoje sejam mantidas as atividades agenciadoras de turismo nas muitas unidades do Sesc. Todavia, algumas unidades tomam cuidado com a destinação, com a época (tentam vender pacotes na “baixa” temporada), com o público, objetivando não concorrerem diretamente com as agências privadas, não caracterizando desse modo um turismo estritamente comercial.

¹⁰ O Bits (atual Oits – Organização Internacional de Turismo Social) se autodefine como uma ferramenta internacional para o desenvolvimento do turismo social no mundo. Criado em 7 de junho de 1963, com sede em Bruxelas, é uma associação filantrópica internacional, cuja finalidade é promover o turismo social. O Bits afirmou-se como uma fonte de intercâmbio de idéias e constituiu-se para os poderes públicos em um centro permanente de informações, capaz de instruir-lhes sobre a concepção e o desenvolvimento do turismo social no quadro de uma política nacional (Bureau, 2010).

As comunidades passaram a ser convidadas, sempre que possível e em acordo com a programação desenvolvida, a estreitar o contato com os participantes das atividades, geralmente por meio da demonstração de um conhecimento tradicional” (Costa, 2006: 17).

Por outro lado, algumas “unidades-hospedagem” nomeadas de Colônias de Férias (como a de Bertiooga-SP, Venda Nova-MG e Nogueira-RJ) apresentam pouquíssimas relações com seu entorno, aparentando mais uma “ilha” de desenvolvimento rodeada por comunidades pobres.

Há ainda os projetos subsidiados pelo próprio Sesc e/ou parceiros/patrocinadores -como é o caso do TJC, analisado em minha pesquisa de Mestrado - oferecidos gratuitamente a comunidades de baixa renda, geralmente situadas no entorno das unidades. De acordo com Costa (2006), a criação de programas especiais por segmentos e/ou estratos sociais mais vulneráveis visa, primeiramente, incluir tais estratos no movimento turístico, iniciando-os no mundo das viagens e do turismo. Em São Paulo “[...] foi incrementada a programação onde tais segmentos pudessem exercitar a convivência com outros grupos, num claro enfrentamento ao isolamento em guetos e num amplo exercício de inclusão e solidariedade” (Costa, 2006: 14). No Sesc regional Rio, desde 1978, porém mais intensamente nos últimos vinte anos, podemos perceber uma grande quantidade de trabalhos com idosos, tendo como objetivos a prevenção ao isolamento e à marginalização, criando grupos de convivência e uma movimentada programação recreativa e cultural, incluindo diversos passeios e viagens (Lamarião & Araújo, 1994). Para o desenvolvimento da pesquisa, devemos, de fato, recorrer às posições de Melo (2008) sobre a proliferação, no Brasil, dos chamados **projetos sociais**, que se apresentam como alternativas de inclusão social. Para esse autor, há que se investigar essas iniciativas para além dos discursos, prospectando o seu modo de operacionalização e funcionamento, que explicitam mais adequadamente se as intenções anunciadas tem alguma possibilidade de serem alcançadas.

Conclusões

Diferentemente dos países europeus e alguns latino-americanos - que, por possuírem uma densidade de atuação, principalmente no âmbito público, acabam tendo mais pesquisas e escritos sobre turismo social - no Brasil, obras ou pesquisas que analisem

criticamente e a fundo o fenômeno são praticamente inexistentes (seja com um viés institucional ou não). Reinaldo Dias sugere que o tema “ainda está para ser estudado” e aponta perguntas sobre turismo social no país que “só serão respondidas com um intenso trabalho de pesquisa a quem se dispuser fazê-lo” (apud Menezes *et al.*, 2010: 12). O desenvolvimento dessa pesquisa pretende se infiltrar nesta lacuna por meio da análise de documentação e fontes orais ainda pouco exploradas pelos pesquisadores.

Em conformidade com nossa proposta, a metodologia privilegiada será a história oral, cuja principal função é fazer o registro da história de vida de pessoas envolvidas com o objeto de pesquisa. Os entrevistados estão sendo escolhidos pela sua importância nas decisões que iniciaram e/ou modificaram os rumos, objetivos e diretrizes do Sesc (e as nuances infiltradas nestas), em que o lazer e o turismo passam a receber prioridade na atuação da instituição. Será privilegiada não somente a memória dos profissionais como também outros atores sociais: o usuário, turista, indivíduos que vivenciaram as atividades oferecidas – enfim, pessoas que igualmente participaram e se envolveram com a origem e os desdobramentos do turismo social no Sesc.

Com o intuito de ajudar numa possível consistência contextual da política e de importantes episódios do cenário macro social do país - principalmente no final da década de 40 (ocasião da criação do Sesc) e nas décadas de 50 e 60 (consolidação e desenvolvimento do Sesc enquanto organizador dos lazers de uma parte da população) - buscaremos, além de bibliografia especializada e pertinente, documentos que fazem parte do acervo do arquivo do Cpdoc/FGV (RJ e SP), do arquivo nacional, da biblioteca nacional e do arquivo geral da cidade do Rio.

Apesar da escassez de documentos escritos no Sesc - majoritário e principal lugar de fontes da pesquisa - estes serão significantes para o trabalho. Sabendo-se que a instituição foi gestada sob a égide do capital privado, daremos voz aos discursos do empresariado por meio dos documentos de origem institucional. Os documentos de caráter jurídico e normatizador mais significativos são oriundos das quatro convenções de técnicos do Sesc, além da carta da paz social fruto da I conferência das classes produtoras. Este corpo de fontes será fundamental para a pesquisa, pois são documentos que podem indicar as intencionalidades presentes na criação e nas ações da instituição.

Existe também a documentação - especialmente relatórios técnicos e atas de reuniões - e as imagens produzidas por seu departamento nacional, órgão que tinha (e ainda tem) a

função de traçar as diretrizes gerais da entidade. Esta documentação é fundamental para analisar a relevância que o Sesc dava ao lazer, em especial foco ao turismo, e que valores e mensagens estavam por de trás desta oferta de atividades.

Poderemos encontrar em cada unidade do Sesc (RJ e SP) as fontes mais constantes, que seriam as documentações descritivas acerca do que era feito (relatório de atividades, estatísticas, livretos informativos e outras publicações). Outro grupo de documentação é oriundo de acervos pessoais, de pessoas que trabalharam ou vivenciaram o turismo social.

No Sesc-SP existe a gerência de estudos e desenvolvimento, que atualmente está centralizando, na sede da regional, os dados existentes em cada uma de suas unidades, realizando um trabalho de catalogação e organização dos documentos disponíveis. No Rio está sendo feito um trabalho semelhante, reunindo imagens e documentos que contam a trajetória da regional.

Nossa análise avança na medida em que procuraremos além de dados, desvendar os discursos Estatal e empresariais da entidade. Por meio desta documentação será possível a análise da construção da memória do Sesc, componente fundamental da sua identidade no período em que o lazer do trabalhador se tornara foco de atenção. Dessa forma, somado ao nosso arcabouço teórico, tentaremos explorar novas formulações teóricas acerca do turismo social e a atuação e intencionalidades do Sesc neste âmbito.

Num momento em que o lazer e o turismo estão presentes, senão como práticas, mas como um conjunto de aspirações para um número cada vez maior de pessoas, torna-se relevante uma pesquisa que resgate os primórdios dessa atenção que recebe o tempo de não-trabalho, notadamente, a análise crítica de práticas como o turismo e a viagem num contexto mais amplo que oscila e apresenta complexas matizes entre dois pólos: oportunidade para quem não teria a chance de vivenciar tais experiências & instrumento de controle e busca de **paz social**. Entender como a criação de significados a respeito do turismo - enquanto possibilidade de lazer - é pressionada pelo jogo político e econômico nos parece uma área fértil no campo da história e das ciências sociais.

Referências

ALMEIDA, M. V. de. (2001). *Turismo Social: por uma compreensão mais adequada deste fenômeno e sua implicação prática na realidade atual brasileira*. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, São Paulo.

ALVES JÚNIOR, E. de D. e MELO, V. A (2003). *Introdução ao lazer*. Barueri: Manole.

ARAÚJO, S. M. de. (2001). Artificio e Autenticidade: o turismo como experiência antropológica. In Banducci Júnior, A. e Barreto, M. (Ed.) *Turismo e identidade local – uma visão antropológica* (pp. 49-63). Campinas: Papirus.

BOURDIEU, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp.

BRÊTAS, A. (2008). Serviço de Recreação Operária: a singularidade de uma experiência (1943-1945). In _____; Alves Júnior, E. de D.; Melo, V. A. (Ed.) *Lazer e cidade: reflexões sobre o Rio de Janeiro* (pp.43-71). Rio de Janeiro: Shape.

BUREAU (1980). Bureau Internacional du Tourisme Social. *Estudios Turísticos*, Madrid (67), 147-154.

CAMARGO, L. O. de. (no prelo). A produção do lazer no município de São Paulo. In Silva, L. P. (Ed.) *Atlas dos municípios brasileiros*.

CARTA DE VIENA. (1980). *Estudios Turísticos*, Madrid (68), 217-219.

CASTRO, C. (1999). Narrativas e Imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: Velho, G. (Ed.) *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal* (pp. 80-87). Rio de Janeiro: Zahar.

CHEIBUB, B. L.(2009). *Lazer, experiência turística, mediação e cidadania: um estudo sobre o projeto Turismo Jovem Cidadão (Sesc-RJ)*”. Dissertação de Mestrado, Mestrado Interdisciplinar em Lazer/UFGM, Belo Horizonte.

CORRÊA, A. A. A (2008). A construção da modernidade e o controle do não-trabalho na sociedade brasileira: uma análise comparada do Serviço de Recreação Operária (SRO) e o Serviço Social do Comércio (Sesc). *Anais do XIII Anpuh-Rio*, 1-12.

CORRÊA, A. A. A (2010). *A construção da modernidade e o controle do não trabalho na sociedade brasileira: uma análise das propostas do serviço social do comércio (Sesc)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social/UERJ, Rio de Janeiro.

COSTA, F. R. (2006). *Turismo para todos: Turismo Social no Sesc-SP*. S. Paulo: Sesc. EESC - European Economic and Social Committee. (2006). *Opinion of the Economic and Social Committee on Social Tourism in Europe*. Brussels: EESC.

FALCÃO, C. H. P. (2006). Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade. In Carvalho, C. L. de e Barbosa, L. G. M. (Ed.) *Discussões e propostas para o turismo no Brasil* (pp.127-145). Rio de Janeiro: Senac Nacional.

FIGUEIREDO, B. G. (1991). *A criação do Sesi e Sesc: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio*. Dissertação de Mestrado, Fac. de História/Unicamp, Campinas.

LAMARÃO, S. T. de N. e ARAÚJO, R. C. de. (1994). *Memória SESC Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sesc-ARRJ.

MELO, V. A. de. (2008). Projetos sociais de esporte e lazer e a participação da comunidade: repensando os modelos atuais. In Ventosa, V. (Ed.) *Los agentes de la animación sociocultural* (pp.252-275). Madrid: Editorial CCS.

MELO, V. A. de. (2010). Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson, *Est. Hist.*, vol. 23, (45), 5-26.

MENEZES, P.; MOTTA, P.; DA SILVA, T. C.; VIDAL, M. de O; CASTRO, D. C. de (2010). Democratização do turismo no Brasil: um estudo sobre o papel do Turismo Social. *4º. Congresso Latinoamericano de Investigación Turística*, 1-24.

MTUR - Ministério do Turismo. (s.d). *Segmentação do turismo: marcos conceituais*. Brasília.

OURIQUES, H. R. (2005). *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas/SP: Alínea.

PINTO, L. M. S. de M. (2008). Políticas Públicas de Lazer no Brasil: uma história a contar. In Marcellino, N. C. (Ed.) *Políticas Públicas de Lazer* (pp. 79-95). Campinas: Alínea.

PORTER, R. (2001). Os ingleses e o lazer. In Corbin, A. (Ed.) *História dos tempos livres* (pp.19-58). Lisboa: Teorema.

PORTO, T. (2006). As tecnologias de comunicações e informação na escola; relações possíveis... relações construídas, *Revista Brasileira de Educação*. v.11, (31), 43-57.

RODRIGUES, J. P. (2010). *Uma nova versão sobre a história do Serviço de Recreação Operária: memórias reveladas sobre os anos de 1958 a 1964*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação/USP, São Paulo.

SANT'ANNA, D. B. (1994). *O prazer justificado: história e lazer* (São Paulo 1969/1979): São Paulo: Marco Zero.

SILVA, D. A. M. da. (2008). Territórios do Lazer: panoramas e reflexões sobre a animação sociocultural. In: Marcellino, N. C. (Ed.) *Políticas Públicas de Lazer* (pp.97-117). Campinas: Alínea.

URRY, J. (2001). *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel/Sesc.

WEBER, E. (1988). *França fin de siècle*. São Paulo: Companhia das Letras.